

POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL DOS ANOS 80

NELSON DO VALLE SILVA LNCC - IUPERJ

CARLOS A. HASENBALG - IUPERJ - CEEA

Trabalho apresentado ao Seminário Internacional "Estratégias Liberais de Refundação: Dilemas contemporâneos do Desenvolvimento", IUPERJ, CLACSO, ISA, Rio de Janeiro, 19 a 21 de agosto de 1992.

Em relatório recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990), o Brasil foi citado - juntamente com a Nigéria e o Paquistão - como um caso de "oportunidades perdidas para o desenvolvimento humano", como um caso de fracasso em alcançar um desenvolvimento humano satisfatório apesar de rendas relativamente elevadas, crescimento rápido e despesas governamentais substanciais nos setores sociais. O diagnóstico do relatório do PNUD sobre as causas do relativo fracasso brasileiro na área de desenvolvimento humano parece estar essencialmente correto: por um lado, o Brasil tem um nível elevado de desigualdade na distribuição de rendimentos; por outro, a alocação de recursos públicos aos setores sociais é muito ineficiente. De fato, uma proporção bastante elevada das despesas públicas são direcionadas a bens "privados", tais como a seguridade social, habitação e educação superior - itens consumidos desproporcionadamente pelos setores sociais já melhor posicionados - enquanto que serviços e bens mais "públicos", como programas preventivos de saúde ou educação primária, foram relativamente negligenciados nas últimas décadas. Além disso, os programas de intervenção social são geralmente caracterizados por grandes burocracias - basicamente estabelecidas para controle do direcionamento dos recursos à população-alvo - que consomem proporções elevadas dos orçamentos desses mesmos programas, relativamente poucos recursos alcançando no fim a população-alvo. Isso sem falar na delicada questão da apropriação fraudulenta de recursos públicos, que no Brasil em geral e na área de assistência social em particular, parece atingir um nível elevado, embora de magnitude desconhecida.

Em dezembro de 1990, o PNUD reuniu um grupo de especialistas

latino-americanos para discutir o relatório. Como sói acontecer em eventos dessa natureza, em que se convida a opinar especialistas que não foram ouvidos previamente quando da elaboração do trabalho, o relatório foi amplamente criticado. Por exemplo, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) proposto pelo relatório, baseado em três indicadores (a saber: a taxa de alfabetização de adultos, a esperança de vida ao nascer e o Produto Interno Bruto per capita) foi considerado inadequado porque esses indicadores não refletem as realidades dos diversos países num sentido comparativo. Assim, por um lado a esperança de vida ao nascer esconde em um valor médio, por vezes, profundas disparidades regionais; por outro lado, a taxa de alfabetização de adultos superestima a proporção verdadeira de pessoas que têm um domínio seguro da leitura e da escrita. O IDH tende, portanto, a dar um retrato superficial e indevidamente otimista das realidades sociais dos países, isso sendo particularmente verdadeiro para países transicionais como são os da América Latina. O resultado do procedimento adotado é que, quando se faz uma comparação internacional ampla, os países latino-americanos aparecem, em sua quase totalidade, classificados como países de desenvolvimento humano médio, sendo mesmo alguns deles alocados ao grupo de desenvolvimento alto, na companhia de países como a Suécia, o Japão e os Estados Unidos. Em termos mátricos, os países do continente apresentam valores mais próximos do limite superior do que do limite inferior da escala em que o IDH é mensurado.

Na verdade, a diversidade regional em países como o Brasil parece ser bastante crucial quando consideramos o nível do desenvolvimento social. Albuquerque e Villela (1991), calculando o IDH para os estados

brasileiros observam uma variação ampla nos índices em torno da média nacional. Assim, ao passo que estados como a Paraíba, Alagoas, Piauí e Ceará apresentam valores comparáveis aos da Índia, Paquistão, Quênia e Egito, o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal atingem índices semelhantes aos observados para a Argentina, Coreia do Sul e Portugal. Infelizmente, esses são os níveis mais elevados observados para o país, nenhum estado brasileiro sequer se aproximando do nível de desenvolvimento humano da Bélgica.

Uma questão nunca explicitada no debate sobre o relatório do PNUD - e que seguramente estava presente em forma latente nos argumentos apresentados - diz respeito à possibilidade de que a visão comparativamente rósea do PNUD sobre os países latino-americanos torne mais prioritárias outras áreas do mundo, desviando recursos internacionais crucialmente necessários à retomada do crescimento econômico pelos países do continente latino-americano. E deve-se reconhecer que o crescimento econômico é essencial ao desenvolvimento social e humano. É uma tarefa extremamente difícil elevar o nível de bemestar de uma sociedade com taxas de crescimento econômico zero ou negativas por um período extenso de tempo, sem comprometer o crescimento futuro. Dessa forma, discutindo-se o desempenho brasileiro quanto aos indicadores sociais, devem-se distinguir os registros dos anos 80 daqueles referentes às décadas anteriores. Como se sabe, no final da década de 70 decisões unilaterais do U.S. Federal Reserve System fez com que as taxas de juros internacionais crescessem abruptamente, com o serviço da dívida externa de países como o Brasil crescendo 400% entre 1979 e 1983. Como resultado, a dívida externa dos países em desenvolvimento cresceu dramaticamente, atingindo em 1990 o

nível de US\$ 1,3 trilhões e requerendo US\$ 200 bilhões anuais para o serviço da dívida apenas. Poupança pública externa e interna tendeu a cair rapidamente, revertendo a transferência líquida de recursos aos países em desenvolvimento de um fluxo positivo de cerca de US\$ 43 bilhões, em 1981, para um fluxo negativo de mais de US\$ 32 bilhões, em 1988.

A crise da dívida atingiu fortemente os países latino-americanos, empurrando-os de uma posição de 3,8% de crescimento anual na renda per capita durante o período 1965-1980, para um declínio anual de 0,7% nos anos 80. Nesse contexto, não é surpreendente a afirmativa de que "em muitos países na África e na América Latina, os anos 80 testemunharam uma estagnação ou mesmo reversão nas realizações humanas" (PNUD, 1990). Claramente, a resolução do problema da dívida parece ser uma condição sine qua non para qualquer progresso social adicional na maior parte do Terceiro Mundo.

No caso específico do Brasil, a sociedade que havia mostrado um nível elevado de dinamismo e mobilidade durante a década de 70, entra em zona de turbulência na virada da década seguinte. Com o início da recessão mundial que se seguiu ao segundo choque do petróleo e à chamada crise da dívida de 1982, o Brasil oscila de uma profunda recessão (1980-1983), a um período de recuperação (1984-1985), a um boom econômico com o plano de estabilização de 1986, à retração em 1987-1988, a um novo pico em 1989, e nova recessão daí em diante. Em termos de políticas internas, a estratégia brasileira durante essa década parece ter sido a de evitar o ajuste da demanda interna, aumentando a despesa governamental em bens, serviços, salários e

investimentos a níveis próximos aos vigentes na década anterior (Fox e Morley, 1990). Na ausência de novos fundos externos, isso implicou a aceleração do déficit público, para cujo financiamento tornou-se crescentemente necessária a venda de títulos da dívida pública (com o correspondente movimento ascendente nas taxas de juros) e a expansão da base monetária. A década se encerrou com uma situação explosiva do déficit público, com as taxas de inflação e de juros passando à marca dos 100% mensais, mergulhando o país no que é provavelmente a maior crise de sua história.

O comportamento pendular da economia se refletiu diretamente na evolução dos rendimentos individuais: de um nível inicial estimado em Cr\$ 14.565,00 em 1981 (em valores reais inflacionados para setembro de 1990), o rendimento médio mensal real das pessoas com mais de 10 anos cai nos três anos seguintes, atingindo o valor mais baixo da década em 1984, quando chega a Cr\$ 12.867,00. A recuperação que se segue atinge um pico em 1986 - ano do Plano Cruzado - chegando a Cr\$ 21.559,00, desabando imediatamente depois para Cr\$ 16.390,00, em 1988. Sobee novamente no último ano do governo Sarney (1989), quando chega a Cr\$ 19.572,00, voltando a cair acentuadamente no primeiro ano do governo Collor, quando o rendimento médio foi estimado em Cr\$ 15.978,00. Dado o agravamento da crise no ano de 1991, pode-se estimar que o nível médio dos rendimentos individuais hoje esteja mais baixo do que aquele observado há dez anos atrás, possivelmente comparável ao observado nos piores momentos da crise de 1983. Embora apresente pequenas variações, esse padrão de evolução dos rendimentos foi observado em todas as regiões (Tabela 1).

A dinâmica do emprego nos anos 80, década caracterizada pela

seriedade da crise econômica, surpreende de alguma forma aos economistas. Entre 1979 e 1989 a população total ocupada cresce a um ritmo de 3,2% ao ano, significativamente mais elevado que o crescimento da população total, passando de 44,2 para 60,6 milhões. Nota-se também que apesar da crise o desemprego não atingiu proporções muito elevadas. A taxa total de desocupação ao longo dos anos 80 oscilou entre um máximo de 4,9% em 1983 e um mínimo de 2,4% em 1986. "No auge da crise - em 1983/84 - as taxas médias de desemprego aberto das seis regiões metropolitanas do país situavam-se entre 7 e 8%, níveis muito inferiores aos atingidos nas economias desenvolvidas ao longo dos anos oitenta. (Saboia, 1991, p. 2)

Duas tendências históricas que têm continuidade na década de 1980 são as de urbanização e feminização da força de trabalho. Com relação ao primeiro aspecto, deve ser notado que entre 1979 e 1989 a população ocupada em atividades agrícolas permanece praticamente estagnada em torno dos 14 milhões de pessoas. No mesmo período, o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas aumentada de 29,8 para 46,6 milhões, passando de 67,5% para 76,8% do total de pessoas ocupadas. Isto indica que continuaram a operar os fatores estruturais que propiciam o deslocamento rural-urbano da força de trabalho. Entre 1979 e 1989 a população ocupada nas atividades econômicas urbanas cresceu 4,2% ao ano, a ritmo menor que os 6% anuais notados na década de 1970, mas mesmo assim elevado para um período de crise econômica. "Os dados agregados de crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas durante a década não parecem corresponder a uma economia que passou boa parte dos anos oitenta em recessão". (Saboia, 1991, p. 3)

Não só a força de trabalho do país se urbanizou como passou a ter uma participação crescente de mulheres, reafirmando uma tendência

observada nas duas décadas anteriores, quando a taxa de atividade econômica das mulheres passou de 16,5% em 1960 para 26,9% em 1980. Entre 1979 e 1989 o número de mulheres ocupadas aumenta em 7.325 mil, dando conta de 44,5% do aumento total de pessoas ocupadas. Nesse período a taxa de atividade das mulheres aumenta de 33,6% para 38,7% e sua contribuição para o total de pessoas ocupadas passa de 31,7% para 35,2%. Nos anos finais da década as mulheres chegam a constituir quase 40% das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas.

Cabe perguntar-se sobre as atividades econômicas de destino deste contingente crescente de mulheres na força de trabalho. Para responder a esta indagação devem ser comparados os resultados de 1979 e de 1988, já que a PNAD de 1988 é a última que publica os dados sobre ramos de atividade desagregados por sexo. Entre esses anos o número absoluto de mulheres ocupadas na agricultura sofre um decrêscimo de 400 mil. No mesmo período o emprego feminino no secundário aumenta em 800 mil e a proporção de mulheres ocupadas no setor cresce de 8,8% para 12,7%. É sem dúvida o setor terciário que constitui a principal avenida de ingresso das mulheres ao mercado de trabalho. Entre 1979 e 1988 o número de mulheres ocupadas no setor aumenta em quase 6,1 milhões e a proporção de mulheres nele empregadas passa de 55% para 72,6%. Dentro do setor terciário, os ramos de atividades que mais absorvem mulheres são, em ordem decrescente, a prestação de serviços (2.167 mil), social (1.139 mil) e administração pública (412 mil). Isto significa que as mulheres se incorporam a setores do mercado de trabalho que contam com graus muito variados de formalização das relações de trabalho. Uma indicação disto está dada pela proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada que era, em 1988, de apenas 14,8% na

prestação de serviços, 44,9% no comércio de mercadorias e 55,7% nas atividades sociais.

A década de 1980 acarretou modificações na estrutura setorial do emprego, mas o ritmo e direção da mudança contrasta nitidamente com a ocorrida nas duas décadas anteriores.

Distribuição das Pessoas Ocupadas por Ramos de Atividade.

Brasil, 1979 e 1989

RAMOS	1979 %	1989 %
Agrícola	32,5	23,1
Indústria da transformação	15,5	15,9
Indústria da construção	6,9	6,2
Outras ativ. industriais	1,5	1,5
Comércio de mercadorias	9,7	12,3
Prestação de serviços	15,2	17,6
Serv. aux. da ativ. econ.	2,5	3,2
Transportes e comunicações	3,7	3,8
Social	6,6	8,7
Administração pública	3,5	4,8
Outras atividades	2,4	2,9
Total:	100,0	100,0

Fonte: PNAD-1979 e Síntese de Indicadores Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989

Como foi assinalado anteriormente, o setor agrícola ficou estagnado em números absolutos entre 1979 e 1989 e, continuando a tendência histórica das décadas anteriores, diminui a sua participação relativa de 32,5% para 23,1%.

É no setor secundário que as mudanças de comportamento com relação ao período precedente são mais notáveis. Este setor, que nos anos 60 e 70 foi o que mostrou maior dinamismo na geração de empregos, sofre um pequeno declínio na sua participação relativa no total de pessoas ocupadas (de 23,9% para 23,6%) entre 1979 e 1989. Para ilustrar o contraste vale lembrar que nos anos 70 o secundário gerou 5,4 milhões de empregos, dando conta de 38% do aumento da ocupação nessa década. Já entre 1979 e 1989 o setor só gera 3,8 milhões de empregos, que correspondem a 23% do aumento da ocupação ocorrido nesses anos. A indústria de transformação, que tinha aumentado sua participação no emprego de 11% para 15,7% nos anos 70, mantém seu peso relativo praticamente estagnado na década seguinte. A indústria da construção, que quadruplicou o número de pessoas ocupadas entre 1960 e 1980 e teve um papel importante na incorporação ao mercado de trabalho dos migrantes homens de origem rural, passa por uma séria crise nos anos oitenta, vendo reduzida sua participação relativa no emprego de 6,9% para 6,2%.

Os anos oitentas presenciam um processo rápido de terciarização da economia brasileira. Entre 1979 e 1989 o peso relativo do setor terciário no emprego aumenta de 43,6% para 53,3%. Olhando para os componentes do terciário, nota-se que a prestação de serviços, que inclui os serviços "tradicionais", de consumo individual, aumenta a sua participação relativa no emprego total, mas ao mesmo tempo diminui seu peso proporcional dentro do terciário de 35% para 33% no período considerado. Os serviços da produção, aí incluídos o comércio de mercadorias, os serviços auxiliares da produção e transportes e comunicações, aumentam sua proporção no total de emprego de 15,9% para 19,3% e mantêm praticamente estável seu peso relativo no terciário, em

torno de 36%. O sub-setor do terciário que cresce a ritmo mais elevado é o dos serviços de consumo coletivo, formado pela administração pública e as atividades sociais. Em numero absolutos, o pessoal ocupado nesses ramos salta de aproximadamente 4,5 milhões em 1979 para 8,1 milhões em 1989. Se se considera que boa parte dos empregos nas atividades sociais dependem do âmbito estatal, pode-se concluir que o emprego público teve uma participação não-desprezível no crescimento do setor terciário. Autores que analisaram a evolução do emprego nos anos oitenta a partir das informações da RAIS (Spindel, 1990 e Guimarães Neto, 1990) já tinham apontado para o crescimento rápido e contínuo do emprego público no período, assinalando inclusive os efeitos compensatórios desse emprego nos momentos mais difíceis do mercado de trabalho, na recessão de 1981-83. De qualquer forma, o componente de "empreguismo" público embutido no crescimento deste setor de emprego durante a década certamente não pode ser tomado como indicador de modernização econômica. Em resumo, observando o crescimento do terciário no Brasil na década de 1980 é difícil concluir sobre que parte desse processo obedece à tendência global de terciarização da economia e quanto é resultado da crise econômica, particularmente da insuficiência dinâmica do setor secundário.

Outros indicadores oferecidos pela PNAD permitem acompanhar a evolução das condições no mercado de trabalho ao longo da década de oitenta. O primeiro deles é o de empregados com carteira de trabalho assinada dentro do total de pessoas ocupadas. Isto indica tanto a proporção de pessoas trabalhando sob as garantias oferecidas pela legislação trabalhista quanto a evolução do setor formal do mercado de trabalho, ficando apenas excluídos da contagem os funcionários

públicos estatutários, que não tem carteira assinada mas pertencem ao segmento regulamentado do mercado de trabalho. A proporção de empregados com carteira assinada era de 37,3% em 1979 e 1981; cai para 34,3% em 1982, o ponto mais baixo da década examinada; aumenta para 38,2% em 1986 e volta a subir para o patamar de 39,1% em 1989. Esses dados indicariam um pequeno crescimento durante a década do setor formal do mercado de trabalho. Contudo, como mostrou Sabóia (1991, b) em relação ao assalariamento no período, o resultado agregado para o país é uma combinação de tendência opostas em setores da economia. Enquanto no setor agrícola a proporção de empregados com carteira assinada aumenta de 4,5% em 1979 para 8,2% em 1989, nos setores não agrícolas essa proporção baixa de 53,1% para 48,4% entre as mesmas datas. Esse resultado indica que no mercado de trabalho urbano houve ao longo da década um aumento na proporção de empregados sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria, sugerindo um crescimento do setor informal e um deterioro das condições de trabalho.

Outro indicador das condições no mercado de trabalho está dado pela proporção de pessoas ocupadas que contribuíam para institutos de previdência. A cobertura previdenciária era de 49,1% em 1979, 49,9% em 1981, atinge seu ponto mais baixo de 46,8% em 1984, retoma em 1986 o nível de 1981 e aumenta ligeiramente para 50,6% em 1989. Nas palavras do próprio relatório do IBGE (1990): "Estes resultados mostraram que a cobertura previdenciária à população ocupada não teve avanço relevante entre 1981 e 1989".

Por último, como já foi notado com relação aos rendimentos individuais, os rendimentos do trabalho estiveram sujeitos a fortes oscilações associadas ao movimento cíclico da economia durante a

década de oitenta. Se se toma 1981 como ano base igual a 100, o índice do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas cai nos três anos seguintes até atingir o valor mais baixo de 85 em 1984, recupera-se até o valor de 99 em 1985, chega a 141, o valor mais elevado da década, em 1986, ano do Plano Cruzado, cai para 107 e 106 em 1987 e 1988 e culmina com 126 em 1989.

A distribuição dos rendimentos do trabalho sofreu uma piora nesse mesmo período, particularmente entre 1981 e 1983, com o aprofundamento da crise econômica, e em 1988/89, devido à aceleração inflacionária (Sáboia, 1991, b). Os 50% com rendimentos do trabalho mais baixo, que recebiam 14,5% do total dos rendimentos do trabalho em 1981, passam a receber somente 11,2% em 1989. Em contrapartida, os 10% com rendimentos mais elevados aumentam sua participação, entre essas mesmas datas, de 44,9% para 51,5%. Com isto, o índice de Gini de distribuição dos rendimentos do trabalho passa de 0,553 em 1981 para 0,618 em 1989 (IBGE, 1990).

Quanto ao desenvolvimento social, os anos 80 representam, em alguns aspectos, a reversão das tendências observadas na década anterior. A exceção de 1986 - ano excepcional dado o impacto do plano de estabilização - verificou-se um aumento de longo prazo na incidência da pobreza, tendência que segue bastante de perto o ciclo econômico. A pobreza chega à sua incidência máxima em 1983, quando atinge 31% das famílias. Para 1988, o valor foi 26% aproximadamente, implicando um aumento de 8% em relação ao nível observado em 1980 (18%). Dada a associação do ciclo econômico com o atual aprofundamento da recessão, pode-se estimar que a incidência da pobreza, hoje, está próxima, ou mesmo supera, os 31% observados em 1983 (Tabela 2).

Se em termos de nível de pobreza voltamos a uma situação comparável à que tínhamos em meados dos anos 70, a estrutura da pobreza vem apresentando mudanças significativas. Devido tanto ao continuado processo de urbanização quanto a um aumento relativamente maior da pobreza em áreas urbanas, o número absoluto de famílias pobres nas cidades se tornou praticamente tão grande quanto nas áreas rurais, fato que ocorre provavelmente pela primeira vez na história do país. Além disso, a pobreza tende a ficar mais concentrada no Nordeste (onde a participação na pobreza cresceu de 50%, em 1980, para 56%, em 1987), declinando as proporções do Sudeste e do Sul no total de pobres.

Mas, como a experiência das duas décadas anteriores já havia demonstrado, existe normalmente uma defasagem entre investimentos nos setores sociais e a colheita de seus retornos. Assim, os anos 80 se aproveitaram do momentum para melhorias sociais ganhas na década de 70. Em diversas dimensões não-monetárias os indicadores apontam para ganhos lentos, mas constantes, durante os turbulentos anos 80. Em termos de impactos causais sobre outras dimensões, os mais importantes foram os ganhos na área educacional (Tabela 3). A proporção de analfabetos com 10 anos ou mais de idade, que em 1970 era de aproximadamente 33% e, em 1980, já havia caído para 26%, continuou a cair na última década, atingindo cerca de 18%, em 1990. Os ganhos mais significativos ocorreram nas áreas rurais, o analfabetismo se reduzindo de 46%, em 1980, para 35%, em 1990. Embora mais modestamente, o analfabetismo urbano caiu de 16% para 12% ao longo da década. Melhorias paralelas são observáveis em níveis educacionais mais elevados.

Similarmente, ganhos importantes continuaram a ser obtidos na área da sobrevivência, a esperança de vida ao nascer crescendo de 60 para 65 anos entre 1980 e 1988 (Tabela 4) e a mortalidade infantil caindo de 88% para 67% entre 1980 e 1986 (Tabela 5). Esses ganhos na sobrevivência refletem não apenas os progressos obtidos na área educacional, como também melhorias na condição nutricional das crianças (Tabela 6) e maior acesso à água de boa qualidade e melhores condições habitacionais (Tabela 7). Quanto a esta última característica, note-se que, em 1990, aproximadamente 3/4 dos domicílios estavam conectados à rede geral de água, 88% possuíam energia elétrica, 71% tinham geladeira e - prova da importância da comunicação de massa no Brasil de hoje - 74% possuíam televisão. Olhando para trás, constatamos que a proporção de domicílios com televisores era de apenas 24% em 1970 e de 55% em 1980, ao passo que a energia elétrica atendia apenas 48% e 67% dos domicílios naquelas duas datas. Parece claro que esses ganhos na condição de vida foram facilitados pela continuação do processo de urbanização e pela redução do ritmo de crescimento da população brasileira, tornando mais eficientes os investimentos feitos e mais compatíveis com seu ritmo de maturação. De qualquer forma, apesar do aumento da pobreza durante os anos 80, os progressos iniciados nas décadas anteriores continuaram a melhorar o padrão de vida da população pobre, embora o momentum de melhoria pareça dar sinais de exaustão quando se chegou ao fim da década (veja-se, por exemplo, o arrefecimento dos ganhos de mortalidade entre 1984 e 1986 indicados na Tabela 5).

Para se fazer um balanço analítico da situação social e da

questão da pobreza hoje, o conjunto mais recente de dados acessível é o da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988. No que se segue, adotaremos uma linha de pobreza compatível com os dados apresentados anteriormente, fixada num valor real equivalente a 1/4 de salário-mínimo de agosto de 1980. Para efeitos descritivos utilizaremos uma outra linha de pobreza mais inclusiva, fixada em 1/2 salário-mínimo na mesma data. O deflator utilizado é o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo IBGE. Em ambos os casos, a renda familiar per capita é a variável-critério adotada, aqueles caindo abaixo da linha de 1/4 de salário-mínimo sendo descritos como "criticamente pobres"; a medida de pobreza mais inclusiva definindo uma categoria maior daqueles descritos apenas como "pobres". Note-se que as unidades de observação serão indivíduos e não famílias, como é o caso dos dados na Tabela 2, vistos anteriormente.

A distribuição da renda familiar per capita, de acordo com a PNAD de 1988, indica que 46% dos brasileiros vivem em pobreza, sendo que a proporção vivendo em situação de pobreza crítica atinge quase 24% da população (Tabela 8). Em termos absolutos, essas percentagens implicam que mais de 63 milhões de pessoas no Brasil são pobres, das quais mais de 32 milhões são criticamente pobres.

Analisando a incidência relativa da pobreza, resulta claramente que esse problema ainda tem, essencialmente, uma natureza rural. Como mostrado na Tabela 9, a proporção de pobres é sistematicamente maior em áreas rurais do que em áreas urbanas ou metropolitanas. Os valores típicos, digamos, por exemplo, dos criticamente pobres, é mais que o dobro nas áreas rurais do que aqueles encontrados em áreas urbanas. Considerando a incidência extremamente elevada de pobres em áreas

rurais, mesmo que se leve em consideração a possibilidade de superestimação (dado alguma quantidade de consumo direto de produto - especialmente alimentos - pelo próprio produtor, mais provável em áreas rurais), é bastante claro o quão extensa é a pobreza rural no Brasil. Tomando como base de comparação aqueles em situação de pobreza mais inclusivamente definida (até 1/2 salário-mínimo por membro da família), a proporção de pobres varia de 64% no Sul a até 87% no Nordeste. Dificilmente qualquer subestimativa dos níveis reais de bem-estar dessas famílias pode falsificar a conclusão de que o problema da pobreza no Brasil ainda é, acima de tudo, associado às condições de vida no campo.

Segundo, fica também bastante claro que a pobreza no Brasil tem um componente regional forte. A situação no Nordeste é particularmente dramática, mostrando níveis de pobreza muito acima para qualquer tipo de área - rural, urbana ou metropolitana - do que as outras regiões do país. A incidência da pobreza crítica no Nordeste é mais que o dobro da observada em outras regiões, especialmente nas áreas não-rurais. Assim, no caso das áreas urbanas não-metropolitanas, enquanto que a proporção de pobres oscila no nível de 11 a 14% nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e 19% na região Norte, o valor correspondente no Nordeste atinge 38%. Uma descrição similar pode ser feita para as áreas metropolitanas: a grande exceção a esse quadro sombrio é a região metropolitana de Salvador, que mostra um nível de destituição sensivelmente abaixo daqueles observados nas outras metrópoles nordestinas. Infelizmente, mesmo em Salvador a pobreza crítica atinge 16% da população.

Quanto às áreas urbanas em geral, a incidência da pobreza é

claramente maior em áreas não-metropolitanas, de tal forma que as menores incidências são encontradas nas áreas metropolitanas fora da região Nordeste, sendo relativamente baixas em São Paulo e Curitiba, onde a pobreza crítica atinge 3,2 e 3,6% das respectivas populações.

A questão que se pode colocar agora é, dadas as incidências relativas da pobreza vistas, quais são as incidências absolutas? Em outras palavras, onde vivem os pobres? Obviamente, o que entra em jogo agora é a distribuição espacial da população, que no caso brasileiro é muito desigual. A Tabela 10 mostra a distribuição proporcional dos pobres nas cinco macrorregiões e localizações rural/urbano/metropolitana. O primeiro ponto a notar é que, dado a maior concentração de pessoas com renda familiar per capita até 1/4 de salário-mínimo nas áreas rurais e a concentração relativamente maior na faixa de 1/4 a 1/2 salário-mínimo nas áreas urbanas, a prevalência rural versus urbana muda se consideramos aqueles em situação crítica ou aqueles em situação de pobreza mais frouxamente definida. Olhando para aqueles em pobreza crítica, a proporção vivendo em áreas rurais é de 54,7%; por outro lado, a maioria dos "pobres" vive em áreas urbanas, numa proporção de 56,3% desses indivíduos. Assim, quanto mais crítica a situação da pobreza, mais provavelmente rural ela será.

Um fato um tanto surpreendente, dado as expectativas da pobreza estarem localizadas nas áreas metropolitanas, é que a grande maioria dos pobres não-rurais está, na verdade, espalhada ao longo da extensa rede urbana não-metropolitana. Isso é verdade qualquer que seja a linha de pobreza adotada, refletindo o fato de que a maior parte da população urbana é não-metropolitana e que há uma maior incidência da

pobreza nas áreas não-metropolitanas (conforme visto antes), um valor particularmente elevado no Nordeste. Dessa forma, quando se diz que quase 36 milhões de pobres vivem em áreas urbanas, deve-se ter em mente que mais de 25 milhões deles estão espalhados pela rede de cidades de pequeno e médio porte. Obviamente, esse fato introduz uma complicação adicional à execução de políticas setoriais orientadas ao atendimento das necessidades materiais da população pobre, tais como políticas de saneamento, habitação e transporte.

No entanto, não se deve minimizar a importância da pobreza nas áreas metropolitanas: quase 17% dos pobres e cerca de 11% dos criticamente pobres estão presentemente vivendo nas dez metrópoles brasileiras, implicando mais de 10 milhões de pessoas nessa situação. Mais importante, a concentração de pobres no Rio de Janeiro é bastante impressionante (2,7 milhões), São Paulo vindo logo depois com 2 milhões de pobres. Juntas, essas duas metrópoles dão conta de 44% da pobreza metropolitana. A concentração de pobres em Belo Horizonte e Recife é também bastante substancial, e somando seus valores com os de São Paulo e Rio atinge-se a marca de 7,1 milhões, correspondendo a 67% da pobreza metropolitana e a 11% de todos os pobres no Brasil.

Mais uma vez o caráter nordestino da pobreza aparece: quase metade (46%) dos pobres e a maioria dos criticamente pobres (57%) vivem nessa região. A área rural do Nordeste sozinha reúne 1/4 dos pobres e mais de 1/3 dos criticamente pobres. Também notável são as proporções nas áreas urbanas não-metropolitanas, tanto que juntando as áreas rural e urbana não-metropolitanas dessa região chega-se à estimativa de elas darem conta de 41% dos pobres no Brasil. Ou seja, mais de 26 milhões de pessoas socialmente carentes estão dispersas

pelo vasto interior dessa região.

Algumas características adicionais da população pobre merecem comentário. Em primeiro lugar, a pobreza está associada ao tipo de atividade econômica executada. Como vimos, a pobreza é ainda mais rural do que urbana. Assim sendo, não é surpreendente descobrir que a incidência de pobreza entre indivíduos cujo chefe de família tem uma ocupação na agricultura atinge a marca de 76,5% (Tabela 11). Mas a incidência de pobreza é também elevada entre famílias chefiadas por trabalhadores marginais do terciário urbano, conforme indicado pelos valores correspondentes aos grupos ocupacionais "Serviços" (que inclui o serviço doméstico, uma característica de famílias pobres chefiadas por mulheres) e "Outro". Nesse sentido, políticas de emprego, especialmente aquelas orientadas à absorção de indivíduos atualmente no mercado de trabalho urbano informal, constituem um ingrediente essencial na luta contra a pobreza.

Em segundo lugar, a pobreza no Brasil está claramente associada à educação. A Tabela 12 apresenta a incidência da pobreza pelo nível educacional do chefe da família. Entre pessoas em famílias cujo chefe não chegou a completar 1 ano de escolaridade, 75,5% são pobres e 46,5% estão em situação de pobreza crítica. Em contraste, entre pessoas com chefes de família mais educados (isto é, mais do que o primário completo) a incidência de pobreza e de pobreza crítica é 8,6 e 2,2%, respectivamente.

Por outro lado, a alfabetização de adultos (isto é, pessoas com 20 anos ou mais de idade) em 1988 no Brasil era de 79%. Entretanto,

quando se examina os dados classificados pela renda familiar per capita, verificamos que a alfabetização só atinge o nível de 53% entre os criticamente pobres, conforme pode ser visto a seguir:

Renda Per Capita	Taxa de Alfabetização
Até 1/4 de s.m.	53
1/4 a 1/2 de s.m.	68
1/2 a 1 s.m.	84
1 a 2 s.m.	93
2 a 3 s.m.	96
3 ou mais s.m.	98

Dessa forma, os pobres têm uma fatia desproporcional no analfabetismo, desvantagem que tende a se transferir para a geração seguinte. Examinando-se os dados a respeito da progressão escolar entre crianças com idade entre 7 e 14 anos (faixa de escolarização legalmente compulsória no Brasil) em famílias abaixo e acima da linha de pobreza (Tabela 13), pode-se observar que na idade inicial cerca de 76% das crianças em famílias não-pobres estão matriculadas na escola, o valor correspondente para crianças pobres sendo de apenas 52%. No entanto, as maiores discrepâncias ocorrem no final da faixa etária: 25% das crianças não-pobres estão na série correta (8º) ou acima dela, enquanto que entre pobres o valor é de apenas 4%. No que diz respeito aos níveis de evasão - e deve-se, mais uma vez, lembrar aqui que, por lei, 100% delas deveriam estar matriculadas - nesta mesma idade o valor para crianças pobres (38,6%) é o dobro da quele para crianças não-pobres. Curiosamente, a altíssima proporção de crianças atrasadas no processo de escolarização é aproximadamente a mesma (57%) tanto para pobres quanto para crianças não-pobres. Esse é um indicador dos sérios problemas de qualidade que permeiam todo o sistema educacional brasileiro.

Em resumo, apesar do rápido crescimento econômico nos anos 70 e de um progresso social que em algumas dimensões prosseguiu mesmo na última década, a pobreza crítica hoje atinge seguramente mais de 1/4 da população brasileira, o que significa mais de 37 milhões de pessoas. Tentamos mostrar que essa pobreza tem dois vezos espaciais fortes: é mais rural do que urbana; está muito concentrada no Nordeste. Qualquer política de combate é pobreza tem de levar em consideração explicitamente essas disparidades espaciais, especialmente quando se pretende estabelecer mesopolíticas do tipo safety-net.

Por outro lado, a pobreza urbana - um fenômeno crescente tanto em termos relativos quanto absolutos - parece estar ligada a empregos de baixa produtividade ou ligada à economia informal. Neste sentido, políticas de emprego, particularmente aquelas dirigidas à absorção daqueles localizados nos mercados de trabalho urbanos informais, são armas essenciais na luta contra a pobreza. A situação desses grupos, no entanto, é provavelmente mais sensível a políticas macroeconômicas do que a mesopolíticas dirigidas explicitamente a eles.

A volta ao crescimento econômico sustentado de longo prazo é um pré-requisito para qualquer avanço substancial no progresso social. Mas o crescimento tem de ser tornado mais eficiente no Brasil. Muito dos recursos públicos não atinge os pobres ou não tem impacto significativo no bem-estar da população pobre. As causas já foram apontadas antes: a concentração de renda extremamente elevada e o direcionamento ineficiente dos recursos públicos. Estratégias de crescimento têm de ter uma ênfase redistributiva, embora algumas

mesopolíticas de tipo safety-net bem orientadas possam, em alguma medida, compensar no curto prazo (e, sobretudo, emergencialmente) a desigualdade de rendas. Estratégias de desenvolvimento social devem incluir, portanto, políticas redistributivas de crescimento macroeconômico e mesopolíticas eficientemente direcionadas.

De importância absolutamente central para a viabilidade do Brasil como uma sociedade industrial moderna é uma mudança radical no perfil das políticas educacionais. As prioridades são insuficientemente orçadas e incorretamente direcionadas, com a educação superior recebendo uma primazia indevida em prejuízo da escolaridade básica. O resultado é um sistema educacional de qualidade geral muito pobre e de baixo desempenho. A universalização da educação primária e secundária de boa qualidade tem de ocupar a posição de mais alta prioridade na agenda para o desenvolvimento social no Brasil nos anos 90.

O balanço precedente sobre a pobreza no Brasil refere-se a uma condição absoluta, que descreve a quantidade de recursos disponíveis para as pessoas. Em matéria de desenvolvimento social, um aspecto complementar à pobreza, como condição absoluta, está dado pela desigualdade relativa na distribuição dos recursos. É por demais sabido que, em termos de comparação internacional, o Brasil apresenta um dos graus mais elevados de concentração na sua distribuição de renda. O índice de concentração de Gini, medida de desigualdade relativa da distribuição de renda, que era 0,497 em 1960, passa para 0,565 em 1970 e aumenta ainda para 0,590 em 1980. O aumento da desigualdade observado nos anos 60, que chegou a ser pensado como transitório, continuou a ocorrer na década seguinte; a rigor, as duas

décadas de 60 e 70 se caracterizaram pela deterioração seguida de distribuição da renda.

Como apontam Bonelli e Sedlacek (1991, p. 57), a comparação dos dados das PNADs do final da década de 70 e início da de 80 - quando o índice de Gini evolui de 0,589 em 1976 para 0,574 em 1979 e 0,562 em 1981 - parecia indicar uma reversão no processo de piora nos índices de concentração notados anteriormente. Contudo, a evidência que esses autores oferecem para a década de 1980 permite descartar essa expectativa otimista.

Brasil: Distribuição do Rendimento na FEA, 1983-89

Ano	50% -	10% +	Gini
1983	13,0	47,5	0,592
1984	13,1	47,1	0,587
1985	12,5	48,1	0,599
1986	13,3	47,8	0,588
1987	12,7	47,5	0,595
1988	11,9	49,5	0,612
1989	10,9	52,2	0,635

Fontes: Elaborado a partir de R. Bonelli e G. L. Sedlacek (1991), Tabela 3, p. 52-53 e p. 67. Os autores usaram os dados das PNADs de 1983 a 1989, observações individuais, rendimentos de todas as fontes dos membros da FEA com rendimentos não-nulos.

À pequena melhora na distribuição de renda observada entre 1976 e 1981 seguiu-se uma piora logo no início da década (1981-83), associada ao aprofundamento da recessão. Isto ocorreu apesar dos efeitos redistributivos da política salarial vigente até 1983 (Bonelli e Sedlacek, 1991, p. 57 e Sabóia, 1991 a, p. 4). A partir de 1983 e durante os anos do meio da década, o índice de Gini se estabiliza em níveis elevados até 1986, ocorrendo uma deterioração acentuada nos anos do final da década. A deterioração observada entre 1987 e 1989

tem sido atribuída às dificuldades econômicas do período, notadamente aos efeitos da aceleração inflacionária. O índice de Gini de 0,635 em 1989 atinge um nível inédito, sem precedente na história econômica do país.

Note-se que, com as exceções de 1984 e 1986, a participação proporcional nos rendimentos dos cinco decís inferiores segue uma trajetória descendente, passando de 13% em 1983 para 10,9% em 1989. Em contrapartida, os 10% mais ricos conservam suas posições entre 1983 e 1987, obtendo ganhos significativos na sua participação proporcional em 1988 e 1989.

Durante as décadas de 60 e 70 a desigualdade de renda aumentou. Contudo, o rápido crescimento econômico se traduziu em aumento de renda para todos os grupos e com isto o nível de bem-estar aumentou durante o período. Na década de 1980 o aumento substancialmente menor da renda per capita não foi suficiente para compensar o aumento da desigualdade. Com isto todos os grupos localizados abaixo da mediana da distribuição experimentaram uma queda no seu nível de renda (Barros et al., 1992).

Quanto aos determinantes do elevado grau de desigualdade, alguns economistas tem enfatizado o papel da educação e da conversão das realizações educacionais em renda. Não só a educação está mal distribuída na força de trabalho como também existe uma forte inclinação do perfil de salários médios dos grupos educacionais. "(...) os salários crescem cerca de 15% por ano de estudo, crescimento esse bem maior do que se observa internacionalmente, mesmo em países em estágio de desenvolvimento semelhante ao Brasil." (Almeida Reis et al., 1991, p. 144).

As características da distribuição de renda no Brasil indicam um

alto grau de desigualdade nas recompensas associadas às diferentes posições na estrutura ocupacional e social. O passo seguinte consiste em dar algumas indicações sobre o papel desempenhado no período mais recente pelos atributos raça e gênero na distribuição das pessoas nesse sistema de posições e recompensas. Numa situação de perfeita igualdade de oportunidades as posições sociais são preenchidas na base do mérito pessoal e critérios universais de realização. A atuação de mecanismos discriminatórios baseados em atributos ascritos como raça e sexo implica numa estrutura desigual de oportunidades que deverá refletir-se em desigualdade de resultados para os grupos.

Começando pela dimensão racial, deve ser notado que não existem ainda trabalhos que estudem a evolução da situação sócio-econômica dos grupos de cor e das desigualdades raciais ao longo da década de 1980. Por esse motivo apresentaremos de início um retrato das desigualdades raciais em 1987, ano imediatamente anterior ao do celebrado centenário da abolição. A tabela 14, baseada nos dados publicados da PNAD de 1987, apresenta alguns aspectos dessas desigualdades.

Por motivos históricos vinculados aos ciclos econômicos da economia escravista e às migrações internacionais das décadas posteriores à abolição da escravidão, os grupos de cor da população apresentam até hoje uma distribuição geográfica muito desigual. Tres quartos da população branca estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, as mais desenvolvidas do país, ao passo que quase 3/5 do grupo não-branco reside nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, menos desenvolvidas. Esta desvantagem locacional dos não-brancos, mais acentuada no grupo pardo, significa menores oportunidades educacionais e econômicas. Diferenças na distribuição geográfica e discriminação

racial constituem os dois principais fatores explicativos para as desigualdades raciais no Brasil.

Em termos de realizações educacionais nota-se que em 1987 a taxa de analfabetismo dos não-brancos (36,3%) ainda é duas vezes superior à dos brancos (18%). A proporção de brancos que completaram o ciclo obrigatório do primeiro grau, 29,5%, é mais de duas vezes maior que os 13,6% de pretos e pardos. Por último, os brancos tem uma probabilidade 4,4 vezes maior que os não-brancos de completar o ensino superior.

Nas décadas posteriores à abolição negros e mulatos tiveram um acesso limitado aos melhores empregos agrícolas na cafeicultura e às ocupações da nascente indústria, particularmente na região sudeste, aonde se dirigiu o grosso da imigração estrangeira. O ingresso de grande número de não-brancos nos empregos da economia urbana moderna só começa depois de 1930. Hoje pretos e pardos estão sobre-representados nas ocupações manuais urbanas. Mesmo assim, eles participam desproporcionalmente nos piores empregos do setor informal, como é sugerido pela proporção menor de não-brancos entre os empregados com carteira assinada dentro do total de pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas. Por este critério de aproximação, a proporção de brancos e não-brancos empregados no setor formal seria de 52,0% e 43,3%, respectivamente. Atualmente, as barreiras discriminatórias de acesso parecem ter se deslocado para um nível mais elevado da estrutura ocupacional. Isto é sugerido pela desigual participação dos dois grupos nas ocupações não-manuais, proxy das posições da nova classe média, que em 1987 era de 29,5% para brancos e somente 11,6% para não-brancos. A própria variação na percentagem de pretos (6,7%) e pardos (12,6%) neste grupo de ocupações sugere que as diferenças de fenótipo são importantes no acesso a estas posições.

Como era de se esperar, as desigualdades raciais nas oportunidades educacionais e de emprego têm fortes efeitos na distribuição de renda. Em 1987 o rendimento médio mensal dos não-brancos correspondia a pouco menos da metade (46%) dos brancos.

Dois trabalhos recentes (Lovell, 1992 e Andrews, 1992) apresentam resultados extremamente significativos para a avaliação da discriminação e das desigualdades raciais no Brasil no período imediatamente anterior a 1980.

Lovell utiliza a informação censitária de 1960 e 1980 para estimar as diferenças de rendimento por raça e gênero. As estimativas indicam que nesses vinte anos homens e mulheres não-brancos tiveram ganhos absolutos nos seus rendimentos devido a melhorias educacionais, ocupacionais e na distribuição regional. Apesar desses ganhos absolutos, as desigualdades de rendimento relativamente ao grupo branco persistiram. Através de técnicas de regressão a autora dividiu a diferença de rendimentos entre brancos e não-brancos para 1960 e 1980 em tres partes: discriminação, composição e interação. O componente discriminação indica quanto do diferencial de rendimentos é devido a ser não-branco e obter um pagamento menor que um trabalhador branco igualmente qualificado, enquanto a composição indica quanto o rendimento médio dos não-brancos é deprimido devido a um déficit de capital humano. Esta decomposição para as mulheres mostra que em 1960 - 12% do hiato de rendimento entre brancas e não-brancas era devido à discriminação (o que indica que as não-brancas obtinham maiores retornos por suas características individuais do que as brancas) e 40% do hiato era devido à diferença de composição. Já em 1980 a proporção do hiato de rendimento devido à discriminação aumenta para 16% e o

devido as diferenças de composição diminui para 35%. No caso dos homens, em 1960 17% do hiato de rendimentos entre brancos e não-brancos era devido à discriminação e 48% resultavam da diferença de composição. Em 1980 a proporção do hiato devido à discriminação aumenta para 32% e a resultante da composição baixa para 34%. Contrariando as teorias que postulam uma diluição do fator racial como efeito do desenvolvimento econômico, estes resultados indicam que no período 1960-80, caracterizado por acelerado crescimento econômico, a discriminação racial no mercado de trabalho aumentou no Brasil.

No seu trabalho, Andrews compara um vasto conjunto de indicadores estatísticos de desigualdade racial entre brancos e não-brancos no Brasil e nos Estados Unidos para o período que vai desde o final do século passado até aproximadamente 1988. Os temas examinados incluem a distribuição espacial de brancos e não-brancos; indicadores demográficos; educação, emprego e rendimentos. As diversas mensurações mostram que até 1950 a desigualdade racial tendia a ser maior nos Estados Unidos do que no Brasil. Contudo, a partir dessa data as medidas de desigualdade passam a declinar nos Estados Unidos ao tempo que no Brasil permanecem estáveis e em alguns casos pioram. Como resultado disto em 1980 os Estados Unidos figuravam com uma sociedade racialmente mais igualitária do que o Brasil na maioria dos indicadores disponíveis.

Na explicação desta mudança o autor enfatizou tres fatores principais: a migração e a distribuição regional dos grupos raciais; os efeitos de concentração de renda do crescimento econômico; e as políticas dos governos federais com relação à raça, concluindo que cada um destes fatores contribuiu para reduzir as desigualdades raciais nos Estados Unidos entre 1950 e 1980 ao mesmo tempo que deixavam

intocadas essas desigualdades no Brasil. Estas conclusões são particularmente interessantes se se leva em conta que a auto-imagem do Brasil como uma sociedade caracterizada por relações raciais harmoniosas e igualitárias se formou em boa medida pelo contraste com a realidade racial norte-americana.

A situação social das mulheres no Brasil tem experimentado mudanças significativas nas últimas décadas. Dois dos aspectos mais importantes dessas mudanças estão constituídos pelos progressos educacionais, mais rápidos que os dos homens e, como já foi mencionado anteriormente, o rápido aumento da taxa de participação feminina na força de trabalho. Quanto ao primeiro aspecto, o quadro que segue ilustra os avanços educacionais das mulheres.

Níveis Educacionais por Sexo das Pessoas de 10 anos de idade e mais, Brasil, 1960-1980

	Afabetização		2º Grau Completo		Superior Completo	
	%		%		%	
	H	M	H	M	H	M
1960	63,6	56,9	1,55	1,41	1,01	0,16
1970	68,9	69,8	2,78	3,21	1,24	0,41
1980	75,5	73,4	5,82	6,53	2,41	1,86

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980.

Entre 1960 e 1980 a diferença na taxa de alfabetização entre homens e mulheres, favorável aos primeiros, se reduz de 6,7% para 2,1%. No nível de instrução do segundo grau completo a proporção de mulheres já ultrapassa a dos homens em 1970. Quanto ao ensino superior completo, em 1960 os homens tinham oportunidades 6,3 vezes maiores do que as mulheres de completar esse nível. Em 1980 essa vantagem diminui

para 1,3 vezes.

Nos anos oitenta continuou o progresso educacional das mulheres. Em 1988 as taxas de alfabetização por sexo tinham praticamente se igualado, sendo de 81,6% para homens e 81,4% para mulheres. Note-se que no caso da taxa das mulheres pesam as mais idosas, que estiveram expostas a menores oportunidades de escolarização. Se se consideram as coortes de idade mais jovens, que estão ingressando no mercado de trabalho, a taxa de alfabetização e, de modo geral, o nível educacional das mulheres, supera àqueles dos homens. No mesmo ano de 1988 a PNAD estima em 846 mil o número de estudantes mulheres no nível superior, já ultrapassando os 747 mil homens nesse nível de ensino.

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho já foi tratada na discussão sobre emprego nos anos oitenta. Basta notar aqui que entre 1979 e 1989 o número de mulheres ocupadas aumenta de 14 para 21,3 milhões. Acrescente-se a isso que mesmo durante o ciclo recessivo de 1981-83 não houve uma interrupção da tendência histórica ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Como nota Spindel (1990) durante essa conjuntura recessiva o mercado de trabalho abriu as portas preferencialmente ao trabalho feminino, principalmente no setor formal.

Se as mulheres já se igualaram (quando não ultrapassaram) aos homens em termos de educação formal como recurso disponível para ingressar no mercado de trabalho, o tratamento por elas recebido uma vez incorporadas no mercado de trabalho parece estar longe de ser igualitário. Constatou-se nos anos oitenta uma grande diferença entre os rendimentos médios reais do trabalho das populações masculina e feminina ocupadas. "Este indicador da população feminina representou

somente 50,7% do rendimento real dos homens ocupados em 1981; 48,6% em 1983 (distanciamento relativo máximo); 53,5% em 1988 (distanciamento relativo mínimo); e 53,1% em 1989" (IBGE, 1990, p. 63). Não obstante uma pequena redução (2,4%) na desigualdade de rendimentos do trabalho entre homens e mulheres ao longo desses anos, o nível dessa desigualdade permanecia muito elevado no final da década.

Em trabalho recente, Barros, Ramos e Santos (1992) usaram os dados das PNADs de 1981 a 1989 para tentar decompor estatisticamente o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres. Para isso, levaram em consideração fatores como grupos ocupacionais hierarquizados e os perfís educacionais e etários de homens e mulheres. O surpreendente do resultado alcançado por estes autores é que esses fatores pouco ajudam a explicar o diferencial de rendimentos entre gêneros.

Os resultados da decomposição com relação aos grupos ocupacionais revela que, em geral, as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres não podem ser atribuídos à diferença de acesso às melhores ocupações (melhor pagas). De fato, as mulheres estão sobre-representadas nessa ocupações e, conseqüentemente, a contribuição das diferenças na estrutura ocupacional para o total do diferencial de rendimentos é negativa. (...) Por outro lado, as diferenças na realização educacional por gênero, bem como nos respectivos perfís etários, parecem afetar só de maneira marginal os diferenciais de rendimentos: uma equalização das distribuições de educação e idade através dos gêneros e das ocupações reduziria o hiato total de rendimentos em apenas 5 pontos percentuais (Barros et al., 1992, p. 32).

Estes resultados sugerem claramente que a maior parte do

diferencial dos rendimentos do trabalho entre gêneros é devida à discriminação salarial intra-ocupacional sofrida pelas mulheres.

Se, por um lado, não existe critério de equidade ou justiça social que justifique esse fato, por outro, gostaríamos de assinalar uma das consequências sociais negativas dessa discriminação de gênero no mercado de trabalho. Neste ponto, processos de discriminação e as desigualdades resultantes remetem novamente à questão da pobreza. De um modo geral, a discriminação salarial das mulheres neutraliza em boa medida os efeitos da reconversão do tempo por elas dedicado ao mercado de trabalho como estratégia familiar para diminuir os níveis de pobreza. Mais particularmente, penaliza com índices elevados de pobreza e indigência à crescente proporção de famílias chefiadas por mulheres, que hoje já supera a marca de 20% do total de famílias.

Concluindo, o contraste da discriminação por gênero e a discriminação racial sugere que no caso das mulheres, as desvantagens são criadas de novo a cada geração por mecanismos de mercado de trabalho; já no caso da discriminação racial, configura-se o que se poderia chamar de um ciclo de desvantagens cumulativas: não só os não-brancos encontram barreiras discriminatórias no mercado de trabalho, de forma que os investimentos realizados apresentam retornos inferiores aos dos brancos, como não conseguem transmitir para a geração seguinte com a mesma "eficiência" mostrada pelos brancos as posições que tenham alcançado. A combinação de discriminação pre-mercado e no mercado de trabalho explica a continuada subordinação sócio-econômica da população não-branca no Brasil.

Tabela 1
Rendimento Médio Mensal Real das
Pessoas com mais de 10 Anos (em Cr\$)* - 1990

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1981	14.565	13.706	8.019	18.648	14.497	14.397
1983	12.875	12.791	7.106	16.353	12.861	13.109
1984	12.867	13.490	7.129	15.898	13.704	13.813
1985	15.260	16.493	8.281	18.894	16.212	16.547
1986	21.559	21.886	11.429	27.008	21.659	25.633
1987	16.662	16.933	9.028	20.842	17.041	18.637
1988	16.390	15.222	8.692	20.980	16.049	18.100
1989	19.572	20.297	10.017	24.811	19.868	22.010
1990	15.978	17.652	8.446	19.846	16.452	18.589

Fonte: IBGE, PNAD 1990.

*Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1990.

Tabela 2
Incidência da Pobreza por Localização - 1980-1988

	1980	1981	1983	1985	1986	1987	1988
Brasil	17,7	19,7	30,9	25,4	16,1	23,3	26,2
Urbano	9,4	11,5	21,6	17,1	9,4	14,8	17,8
Rural	36,2	37,9	54,2	47,1	33,7	46,3	52,1
Norte	19,7	13,8	24,8	18,0	10,9	16,8	24,6
Nordeste	32,5	36,5	52,5	46,3	32,9	44,2	51,2
Urbano	-	24,7	40,2	32,0	21,6	31,4	39,4
Rural	-	49,8	66,8	63,3	46,2	60,1	67,4
Sudeste	10,1	10,4	19,4	15,5	8,2	13,0	14,8
Urbano	-	7,1	15,0	11,4	5,4	9,2	10,8
Rural	-	60,1	43,8	39,1	23,5	34,2	41,5
Sul	15,1	12,7	25,1	17,4	10,8	17,3	20,6
Urbano	-	6,5	16,6	11,7	5,9	10,1	12,9
Rural	-	22,5	39,4	27,8	20,2	31,6	38,4
Centro-Oeste	14,0	18,1	28,1	20,9	10,4	18,5	24,7

Fonte: Fox e Morley, op. cit.; Albuquerque e Villela, op. cit.

Linha de Pobreza constante a 1/4 do salário-mínimo de 1980 per capita.

Deflator: INPC.

Tabela 3

Analfabetos de 10 Anos ou Mais (em %) - 1990

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	17,8	*	35,8	10,2	10,4	15,6
área Urbana	12,1	11,3	24,4	8,3	8,2	11,4
área Rural	34,9	*	52,0	22,2	15,0	27,7

Nível de Instrução (em %)

S/instrução
e menos de
1 ano

de estudo	18,1	12,6	34,5	11,3	11,1	18,6
De 1 a 3 anos de estudo	22,9	24,9	26,5	21,0	21,9	23,2
De 4 a 7 anos de estudo	33,9	33,5	23,1	37,7	41,8	34,2
8 anos de estudo ou mais	25,0	29,0	15,8	30,0	25,2	25,9

Fonte: IBGE, PNAD 1990.

*A pesquisa não abrangeu a área rural da Região Norte.

Tabela 4

Esperança de Vida ao Nascer
Brasil e Grandes Regiões (1940-1988)

Brasil e Regiões	Esperança de Vida (anos)					
	1940	1950	1960	1970	1980*	1988**
Norte	40	44	53	54	64	69
Nordeste	38	39	44	44	51	55
Sudeste	44	49	57	57	64	69
Sul	50	53	60	60	67	72
Centro-Oeste	48	51	56	56	64	69
Brasil	43	46	52	53	60	65

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos.

*Dados revistos para 1980, in FIBGE, "Indicadores Sociais - Tabelas Seleccionadas - 1984".

**Projeção.

Tabela 5
Probabilidade de Morte antes de Completar o
1º Ano de Vida (%)
Brasil e Grandes Regiões

Brasil e Regiões	Percentagem de óbitos antes de Completar o 1º Ano de Vida						
	1940	1950	1960	1970	1980	1984	1986
Norte	16,7	15,0	11,4	10,9	7,4	5,9	-
Nordeste	17,6	17,5	16,6	14,6	12,5	10,5	10,3
Sudeste	15,4	13,2	10,1	9,8	7,2	4,9	4,5
Sul	13,1	11,6	8,7	8,8	6,1	4,6	4,3
Centro-Oeste	13,6	12,3	10,1	9,2	7,4	5,4	4,4
Brasil	16,3	14,6	12,1	11,4	8,8	6,8	6,7

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos e resultados preliminares da PNAD 1984 e 1986.

Nota: Para 1984 e 1986, estimativas feitas pelo Departamento de Estudos de População - Depop/FIBGE.

Tabela 6
Prevalência (%) de Desnutrição em Crianças Menores de 5 Anos
em Dois Inquéritos Nacionais: ENDEF 1974 e PNSN 1989
Classificação de Gomez - Peso/Idade

Regiões	Todas as Formas			Formas Moderadas e Graves		
	ENDEF-1974	PNSN-1989	Variação %	ENDEF-1974	PNSN-1989	Variação %
Nordeste	56,5	46,0	-18,7	21,2	10,1	-52,3
Sul + Sudeste	38,6	20,6	-46,6	8,2	2,4	-70,7
Norte + Centro-Oeste	49,5	31,3	-36,8	15,5	4,0	-74,2
Brasil	46,1	30,7	-33,4	13,6	5,1	-62,5

Fontes: PNSN 1989;
 Banco Mundial, Relatório nº 2604/BR, 1979,
 Anexo III.

Tabela 7
Características dos Domicílios (%) - 1990

Características	Brasil					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Urbanos	76,7	*	59,2	87,4	70,5	73,9
Rurais	23,3	*	40,8	12,6	29,5	26,1
Próprio quitado	59,8	69,1	67,6	55,2	62,5	51,3
Próprio não-quitado	7,2	6,3	5,6	7,3	8,8	9,4
Alugado	17,7	16,0	11,9	22,5	13,8	17,2
Rede geral de água	73,4	81,7	52,7	86,2	71,1	66,2
Coleta de lixo	64,5	61,7	41,3	78,3	63,7	60,6
Luz elétrica	87,8	94,3	70,3	95,8	92,3	84,9
Filtro	57,2	47,3	51,2	71,3	21,1	72,9
Fogão	96,4	97,5	88,5	99,4	99,6	97,9
Geladeira	71,1	75,0	41,4	84,2	80,9	68,1
Rádio	84,3	75,8	69,6	91,0	91,3	80,5
Televisão	73,7	77,0	47,5	86,1	80,2	70,6

Fonte: PNAD/IBGE - 1990.

*A pesquisa não abrangeu a área rural da Região Norte.

Tabela 8
Renda Familiar Per Capita - Brasil (1988)

Renda Familiar em Unidades de Salário-Mínimo (Per Capita) de 1980	População		
	Números Absolutos (em milhares)	%	Cum. %
Até 1/4	32.634	23,7	23,7
1/4 a 1/2	30.958	22,5	46,2
1/2 a 1	32.032	23,3	69,5
1 a 2	22.054	16,0	85,5
2 a 3	8.148	5,9	91,4
3 a 5	6.145	4,5	95,9
5 a 10	4.087	3,0	98,9
10 a 20	1.303	0,9	99,8
20 a/ou mais	283	0,2	100,0
Falta Informação	3.738	-	-
Total	141.382	100,0	-

Fonte: IBGE - 1988 PNAD - Tabulação Especial, Deflator: INFC.

Tabela 9
Incidência da Pobreza por área - Brasil (1988)

Região	Renda Familiar Per Capita	
	Até 1/4 S.M.	Até 1/2 S.M.
1. Norte		
Belém	15.3	41.3
Urbana Não-Met.	19.4	47.8
2. Nordeste		
Recife	25.6	53.2
Fortaleza	22.5	51.1
Salvador	16.1	38.1
Urbana Não-Met.	38.1	66.5
Rural	62.8	87.4
3. Sudeste		
Rio de Janeiro	7.8	26.5
São Paulo	3.2	12.9
Belo Horizonte	11.5	34.5
Urbana Não-Met.	11.0	30.8
Rural	35.6	64.9
4. Sul		
Porto Alegre	5.4	22.2
Curitiba	3.6	16.7
Urbana Não-Met.	11.1	34.6
Rural	33.5	63.8
5. Centro-Oeste		
Brasília	6.1	22.5
Urbana Não-Met.	14.3	40.5
Rural	40.5	69.4
Brasil	23.7	46.2

Fonte: IBGE - PNAD 1988 - Tabulação Especial.

Tabela 10
Distribuição Regional da Pobreza - Brasil (1988)

área	População em Pobreza (milhares)			
	Até 1/4 S.M.	X	Até 1/2 S.M.	X
0. Brasil	32.635	100,0	63.589	100,0
Urbana	14.782	45,3	35.807	56,3
Metropolitana	3.530	10,8	10.603	16,6
Não-Metropolitana	11.252	34,5	25.204	39,7
Rural	17.853	54,7	27.782	43,7
1. Norte	829	2,5	2.082	3,3
Urbana	829	2,5	2.082	3,3
Metropolitana: Belém	171	0,5	461	0,7
Não-Metropolitana	658	2,0	1.621	2,6
Rural	-	-	-	-
2. Nordeste	18.766	57,3	29.311	46,1
Urbana	7.500	23,0	13.728	21,6
Metropolitana: Recife	630	1,9	1.308	2,1
Metropolitana: Fortaleza	436	1,3	989	1,6
Metropolitana: Salvador	321	1,0	762	1,2
Não-Metropolitana	6.113	18,7	10.669	16,7
Rural	11.266	34,3	15.583	24,5
3. Sudeste	7.492	23,0	18.982	29,9
Urbana	4.256	13,0	13.083	20,6
Metropolitana: Rio	795	2,4	2.697	4,2
Metropolitana: São Paulo	493	1,5	1.987	3,1
Metropolitana: Belo Horizonte	371	1,1	1.118	1,8
Não-Metropolitana	2.597	8,0	7.281	11,5
Rural	3.236	10,0	5.899	9,3
4. Sul	3.687	11,3	8.852	13,9
Urbana	1.306	4,0	4.315	6,8
Metropolitana: Porto Alegre	142	0,4	589	0,9
Metropolitana: Curitiba	72	0,2	328	0,5
Não-Metropolitana	1.092	3,4	3.398	5,4
Rural	2.381	7,3	4.537	7,1
5. Centro-Oeste	1.921	5,9	4.362	6,9
Urbana	891	2,7	2.599	4,1
Metropolitana: Brasília	99	0,3	364	0,5
Não-Metropolitana	792	2,4	2.235	3,6
Rural	1.030	3,2	1.763	2,8

Fonte: PNAD 1988.

Tabela 11
Incidência da Pobreza por Ocupação do Chefe - Brasil (1988)

Grupo Ocupacional	Renda Familiar Per Capita	
	Até 1/4 S.M.	Até 1/2 S.M.
Técnica	3,9	11,5
Administrativa	1,8	8,1
Agricultura	47,0	76,5
Indústria	10,4	32,9
Comércio	8,3	25,2
Transporte & Comun.	5,2	21,9
Serviços	18,5	44,6
Outros	18,3	40,6

Fonte: PNAD 1988.

Tabela 12
Incidência da Pobreza por Educação do Chefe - Brasil (1988)

Anos de Escolaridade	Renda Familiar Per Capita	
	Até 1/4 S.M.	Até 1/2 S.M.
Sem Escolaridade/		
Menos de 1 ano	46,5	75,5
1-2 Anos	33,8	62,2
3-4 Anos	18,0	42,4
5-8 Anos	10,9	31,0
9 ou mais Anos	2,2	8,6

Fonte: PNAD 1988.

Tabela 13
Progressão Escolar para Crianças em Famílias Abaixo e Acima da
Linha de Pobreza (1/2 Salário-Mínimo Per Capita)

Idade	Abaixo da Linha de Pobreza			Acima da Linha de Pobreza		
	Fora da Escola	Série Correta Ou Mais	Atraso	Fora da Escola	Série Correta Ou Mais	Atraso
7	47,8	52,2	-	24,2	75,8	-
8	28,0	24,9	47,1	6,3	64,2	29,5
9	20,6	17,2	62,2	3,7	55,0	41,3
10	14,1	13,8	72,1	3,6	47,6	48,8
11	16,5	9,6	73,9	4,5	43,2	52,3
12	21,4	6,0	72,6	6,8	34,3	58,9
13	28,0	4,6	67,4	11,0	28,5	60,4
14	38,6	3,8	57,6	19,1	24,6	56,3

Fonte: PNAD 1988.

Tabela 14
Desigualdade Racial no Brasil, 1987

	Brancos	Pretos	Pardos	não-brancos
% Pop. no Sudeste/Sul	75,3	62,8	37,1	40,5
% Pop. urbana	78,1	73,4	62,9	66,6
% Analfabetos 10 anos e +	18,0	35,0	36,5	36,3
% 1º grau completo	29,5	11,5	14,0	13,6
% Grau superior completo	9,2	1,2	2,3	2,1
Média anos de estudo	4,1	2,2	2,6	2,5
% Ocupações não manuais	26,9	6,7	12,6	11,6
% Cart. trab. ass. na FO urbi	52,0	47,5	42,5	43,3
% Contribuição previdenc.	57,3	43,1	37,4	38,2
Rend. médio mensal Cz\$	110.615	4.326	4.984	4.888

Fonte: PNAD 1987, Cor da População, vol. 1

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque R.C. e Villela, "A Situação Social no Brasil: Um Balanço de Duas Décadas", in J.P. dos Reis Velloso (org.), A Questão Social no Brasil, São Paulo, Nobel, 1991.

Andrews, G.R., "Racial Inequality in Brazil and the United States: A Statistical Comparison", in Journal of Social History and Estudos Afro-Asiáticos (no prelo).

Barros, R.F., L. Ramos e S. Rocha, "Welfare, Inequality, Poverty and Social Conditions in Brazil over the Last Three Decades: An Overview". Rio de Janeiro, Julho de 1992 (mimeo).

Barros, R.F. de, L. Ramos e E. Santos, Gender Differences in Brazilian Labor Markets, trabalho apresentado à Conference on Women's Human Capital and Development, Bellagio, Italia, 18-22 de maio de 1992.

Bonelli, R. e G. Sedlacecek, A Evolução da Distribuição de renda entre 1983 e 1988, in José Marcio Camargo (org.), Distribuição de Renda no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

Fox, L. e S.A. Morley, "Who Paid the Bill? Adjustment and Poverty in Brazil 1980-1995", Background paper for the World Development Report 1990.

Guimarães Neto, L., "O Mercado de Trabalho na Década Perdida", in São Paulo em Perspectiva4, nº 3/4, 1990.

Lovell, F.A., Race, Class, Gender and Wage Discrimination in Brazil, in Estudos Afro-Asiáticos (no prelo).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Human Development Report 1990, Nova Iorque, Oxford University Press, 1990.

Reis, J.G. Almeida, J.S. Rodrigues e R. P. de Barros, A Desigualdade de Renda no Brasil, in J.P. dos Reis Velloso (org.) A Questão Social no Brasil, São Paulo, Nobel, Forum Nacional, 1991.

Sabóia, J., Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil, Textos para Discussão, nº 268, IEI-UFRJ, 1991 (a).

Sabóia, J., Emprego nos Anos Oitenta: Uma Década Perdida, Textos para Discussão, nº 258, IEI-UFRJ, 1991 (b).

Spindel, C.R., Mujer Y Crisis en los Años Ochenta, in N. Aguiar (org.) Mujer y Crisis. Respuestas ante la recesion, Caracas, Editorial Nueva Sociedad, DAWN/MUDAR, 1990.